

1. Audição dos candidatos a membros efetivos e suplentes do Conselho Nacional de Educação

10:00

- Deputada Nilza de Sena (PSD) – efetivo - (Reagendada para dia 20/10/2017, às 09:30)
- Maria Eugénia Gambôa (PSD) – suplente

10:40

- Deputado Porfírio Simões Carvalho da Silva (PS) – efetivo
- Maria Odete da Conceição João (PS) – suplente

11:20

- Manuel Fernando Rosa Grilo (BE) – efetivo
- Mariana Fernandes Avelãs (BE) – suplente

12:00

- Arlindo Henrique Lobo Borges (CDS-PP) - efetivo
- Maria Teresa de Noronha e Castro (CDS-PP) - suplente

12:40

- Francisco José Santana Nunes dos Santos (PCP) – efetivo
- Maria Júlia dos Santos Freire (PCP) – suplente

13:00

- Antero de Oliveira Resende (PEV) – efetivo
- Maria Dulce Dias Ildfonso Arrojado (PEV) – suplente

2. Data da próxima reunião

20 de outubro, 9h30m – Reunião da Comissão

1. Audição dos candidatos a membros efetivos e suplentes do Conselho Nacional de Educação

O Senhor Presidente deu as boas vindas aos candidatos dos Grupos Parlamentares e indicou que os seus currículos foram objeto da devida distribuição por todos os Grupos Parlamentares. De seguida, referiu os objetivos da audição, a respetiva grelha de tempos e a tramitação posterior, com a eleição no Plenário, no dia 20 de outubro.

A candidata suplente, representante do PSD, Dr.^a Maria Eugénia Gamboa, começou por expor, de forma abreviada o seu currículo. De seguida, referiu que o Conselho Nacional da Educação (CNE) é um dos principais órgãos de aconselhamento do Governo e que esteve envolvida no processo de aprofundamento das competências do CNE, com vista a ajusta-lo às novas realidades.

Salientou que se trata de um órgão que procura consensos, mas que também procura reforçar o seu carácter técnico científico, uma vez que é preciso criar opinião informada.

Enalteceu a atuação do Professor Doutor David Justino enquanto presidente do CNE, para a melhoria da qualidade e deste, bem como evidenciou a abertura deste órgão a outras atividades com outras entidades, sendo um benefício para todo o cidadão.

A Senhora Deputada Germana Rocha (PSD) começou por questionar se na opinião da candidata a atual composição e modelo de funcionamento do CNE, permite que este cumpra a sua missão, garantindo a sua independência. Questionou, depois, quais as matérias que entende como prioritárias, e qual o papel do CNE na descentralização.

A Senhora Deputada Maria Augusta Santos (PS) referiu que o seu grupo parlamentar tem como grande inquietação o envelhecimento do corpo docente e os dados da demografia, fatores que os inquietam. Expôs, de seguida, que o CNE é o interlocutor entre a tomada de decisão política e a sociedade civil, sendo importante na medida em que deve conduzir à melhoria de políticas educativas. Questionou, assim, qual o entendimento da candidata quanto a estas problemáticas.

A Senhora Deputada Joana Mortágua (BE) referiu que os candidatos são uma nomeação por parte dos Grupos Parlamentares e que, nessa medida, os representam. Por tal motivo, apenas aproveitou a oportunidade para desejar felicidades no cargo à candidata.

A Senhora Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) fez eco do referido pela Senhora Deputada Joana Mortágua (BE), referindo que a candidata ouvida foi indicada pelo Grupo Parlamentar do PSD, logo no seu discurso inicial transpareceu a sua posição.

Assim, referiu entender não ser de colocar questões, desejando felicidades para o exercício do cargo.

A Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP) salientou que a exposição feita pela candidata foi clara e que esta candidatura surge de indicação dos Grupos Parlamentares. Agradeceu a exposição que foi feita quanto à proposta e visão de trabalho para o CNE.

A candidata suplente, representante do PSD, Dr.^a Maria Eugénia Gamboa, prestou os esclarecimentos necessários, tendo referido que o «inverno demográfico» que atravessamos é uma situação gravíssima para o n/País, tal como a questão do envelhecimento da população docente, sendo certo que este envelhecimento é uma situação transversal.

Considera que o CNE deve ser proactivo, e não deve atuar só em reação, carecendo esta área de ser estudada e analisada, pois que todas as decisões devem ser tomadas quando devidamente fundamentadas.

Seguiu-se o candidato efetivo representante do PS, Deputado Porfírio Silva, que começou por referir pretender esclarecer a sua posição enquanto representante do Grupo Parlamentar. Referiu que não é um delegado que leva instruções, tendo alguma margem de atuação. E sublinhou que, se algum dia sentir que não é adequado representante, se esforçará por tirar daí as devidas consequências.

Referiu que o tempo é das gerações e que é preciso fazer um equilíbrio entre estabilidade e mudança, informando que, no papel que tem vindo a desempenhar no CNE se tem esforçados por ter uma posição equilibrada.

A Dr.^a Odete João, candidata suplente representante do PS, começou por referir que é uma honra fazer parte do CNE, tratando-se de um órgão que aponta estudos estratégicos no âmbito da educação.

É um órgão que congrega várias forças da sociedade, mas também várias forças políticas. Tem sido possível nos pareceres e estudos do CNE encontrar matéria para atuação. Independentemente da força política que a indica, há uma matriz que a guia, pelo que tentará fazer a ponte entre as vontades das forças políticas e a das populações.

A Senhora Deputada Germana Rocha (PSD) questionou os candidatos da sua posição quanto ao atual modelo existente, nomeadamente se gostariam de ver alguma alteração. Questionou, ainda, se consideram que o CNE deve assumir um papel pró-ativo. E quais as matérias que consideram essenciais. Terminou, questionando se concordam com a crescente abertura do CNE à população e o reforço das parcerias.

A Senhora Deputada Susana Amador (PS) referiu que o CNE deve afirmar-se como um espaço de convergência, global, considerando que os dois candidatos do seu Grupo Parlamentar traduzem a visão do PS para o CNE.

Referiu, depois, que o Senhor Deputado Porfírio Silva (PS) tem uma visão muito própria, nomeadamente quanto à questão da internacionalização, e no que respeita à educação de adultos; Já a candidata Odete João tem uma especial atividade e experiência no sucesso educacional. Pelo que, considera que a experiência de ambos é complementar.

A Senhora Deputada seguiu, lendo uma citação de Joaquim de Azevedo «o que precisamos na educação é política», questionando se o desafio central da educação é «muita polis» e qual a estratégia a adotar.

O Senhor Deputado Luís Monteiro (BE) referiu que o seu Grupo Parlamentar respeita as indicações de cada um dos partidos, e que querem que acima de tudo os candidatos hoje ouvidos tenham a possibilidade de desenvolver o seu trabalho, pelo que concluiu, desejando felicidades no novo mandato.

A Senhora Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) sublinhou que, recentemente, tiveram oportunidade de ouvir estes candidatos do PS, nas últimas eleições, e que considera positivo que o Senhor Deputado Porfírio Silva se proponha representar o seu Grupo Parlamentar, mas também a sua visão pessoal. No que respeita à candidata Odete João sublinhou a atuação desta, na própria Comissão de Educação e Ciência, na qual sempre zelou pela obtenção de consensos.

A Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP) referiu que a visão dos candidatos ficou aqui explanada, e que nessa medida faz votos para que no CNE sejam sempre priorizada a defesa daquilo que é a escola pública.

Em resposta, o Senhor Deputado Porfírio Silva (PS) referiu que a maior parte dos Grupos Parlamentares sublinhou que os candidatos vão para representar os seus Grupos Parlamentares, mas há algumas questões que deve focar, nomeadamente a questão do papel do CNE, onde julga que os representantes dos Grupos Parlamentares não são muito proeminentes, havendo uma discrição por parte deste, na forma de funcionamento do CNE.

Referiu, depois, que não tomará nenhuma iniciativa no sentido de mudar a agenda do CNE, mas que seria pertinente, em matérias que carecem de uma atuação a longo prazo, termos alguns temas para o CNE atuar de forma mais concertada.

Considera que este tipo de órgão pode sempre evoluir, mas não tenciona ser proactivo no sentido de mudar a atuação do CNE.

Quanto à afirmação de Joaquim de Azevedo, referiu que é preciso encontrar posições diferentes e debatê-las, caso contrário a pluralidade perde-se.

Considera que a questão da educação deve ser assumida por toda a sociedade.

E é evidente que reservam um papel de escola pública que é uma das grandes conquistas da democracia.

A Dr.^a Odete João referiu que na parte de organização/composição do CNE, este tem uma diversidade de representações muito grande, pelo que pode ser aprofundada, mas não exige mudanças profundas.

Quanto à ação do CNE, há pareceres e pedidos que são feitos expressamente pelo Governo e que o CNE tem de dar resposta, mas há também um conjunto de temas em cima da mesa que são pertinentes, abrangendo nomeadamente a questão da escolaridade obrigatória.

Quanto às questões sobre escola pública, referiu que essa é a matriz do PS, pelo que a defenderão, com qualidade e que garanta o acesso a todos os alunos e a todos os percursos.

O candidato efetivo representante do BE, Dr. Manuel Grilo, começou por referir que atravessou muitas alterações legislativas ao nível da educação. Considera que a melhoria da escola pública é essencial para combater desigualdades. Abordou, ainda, o tema da descentralização de competências na educação, e salientou que no ensino superior a opção deve ser a de um regime público, não devendo as propinas ser um obstáculo para a frequência do ensino superior. Por fim, abordou o papel do CNE.

A candidata suplente representante do BE, Dr. Mariana Avelãs, referiu que foi indicada pelo BR graças ao seu percurso pessoal. Considera fundamental a existência de uma política pensada que reflita, também, as várias posições nas escolas, sendo fundamental ouvir os alunos. Na sua opinião, é preciso educar na escola.

Considera que é essencial que se pense a escola como um espaço de fomento da democracia e do local onde se tomam boas decisões.

A Senhora Deputada Germana Rocha (PSD) referiu que o CNE assume cada vez mais um papel mais elementar, sendo importante a pluralidade do mesmo.

Assim, questionou se têm alguma proposta para fazer quanto ao modelo atual do CNE, e se entendem que o conselho deve ter um papel reativo ou proactivo.

A Senhora Deputada Maria Augusta Santos (PS) já muito se disse sobre o papel do CNE e o trabalho por este desenvolvido, caracterizando em 4 aspetos que considera relevantes: o debate de ideias, o debate plural, a capacidade de ouvir, todos os atores envolvidos na educação e ensino, o sentido de serviço pública e a construção de convergências. Daí que todos os

documentos que este produz serem elementos relevantes na análise e proposta de medidas necessárias ao ensino. Assim, solicitou uma abordagem sobre uma questão: todos trabalhamos no sentido de melhorar a educação do nosso País, tornando-a abrangente a todos, o que implica uma avaliação permanente, e com um conceito abrangente. Questionou, qual a análise que fazem quanto à avaliação de desempenho das escolas, e em que medida deve ser ajustada.

O Senhor Deputado Luís Monteiro (BE) enalteceu o trabalho do Dr. Manuel Grilo como professor, mas também como sindicalista, manifestação total confiança neste e em Maria Avelãs, que surge aqui no papel de encarregada de educação. Saliu que a pluralidade é garante de um debate livre.

A Senhora Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) elogiou a firmeza do Dr. Manuel Grilo nas suas convicções. Expôs conhecer a participação de Mariana Avelãs, nomeadamente enquanto peticionária perante esta comissão. Saliu que considera muito interessante a aposta que o Grupo Parlamentar do BE faz nesta encarregada de educação, nessa qualidade, considerando que é essencial trazer estas visões para o debate, com vista a encontrar soluções.

A Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP) saliu que o Grupo Parlamentar do PCP partilha de alguns dos aspetos enunciados pelos candidatos, designadamente no que concerne à recusa do modelo fundacional para as instituições de Ensino Superior e à necessidade de defesa da Escola Pública, agradecendo a exposição clara dos motivos que subjazem à candidatura e desejando felicidades no exercício do cargo.

Em resposta, o Dr. Manuel Grilo referiu que não têm nenhuma proposta, bem pensam apresentar qualquer proposta, com vista a alterar o funcionamento do CNE, porque entendem que o modo de funcionamento atual é adequado.

Quanto à proatividade, crê que será possível fazer mais, sendo certo que tal será imperativo se vier a ser eleita a candidata a presidente do CNE.

Considera como muito importante a matéria de avaliação do desempenho das escolas, referindo ter havido já matrizes de avaliação, com resultados melhores ou menos bons. A regra geral é que as escolas devem aproveitar para refletir sobre o seu modo de funcionamento. Sublinhou que há muito que fazer neste capítulo. A avaliação deve ter um caráter sistémico, mas também atender aos problemas efetivos de cada escola, considerando que deve ser dada uma maior importância às questões concretas.

Referiu, depois que a construção da Lei de Bases foi um processo muito prolongado e com um amplo debate, apenas o CDS-PP não votou a favor da mesma.

Considera que é preciso que existe um consenso amplo na alteração desta lei, pois que deve ser feito com todo o cuidado para que não haja quebra de consenso.

Quanto aos desafios lançados por Maria Augusta Santos (PS) sobre os 4 eixos que devem nortear a educação, referiu que são 4 eixos fundamentais e sempre presentes.

A candidata suplente representante do BE, Mariana Avelãs, sublinhou, apenas, que a divergência é tao mais importante para a criação de convergência, e que sem ela se perde o debate.

O candidato efetivo representante do PCP, Dr. Francisco José Santana Nunes dos Santos, referiu que era representante a convite do respetivo grupo parlamentar e deu depois indicações sobre o seu currículo, indicando que é professor de Educação Física da escola pública, acompanhando

alunos do 1.º ao 12.º ano e tem o Mestrado em Gestão e Administração Escolar. Informou ainda que já tem experiência no CNE, tendo participado na 1.ª Comissão, que trata as *Políticas Públicas e Desenvolvimento no Sistema Educativo*, e na 5.ª, sobre a *Condição Docente*, tendo produzido ambas muito trabalho, realçando as temáticas da carreira docente, ensino obrigatório, formação dos docentes, formação contínua, renovação da carreira. A terminar, referiu que o atrai poder continuar o trabalho no CNE.

A Dr.ª Maria Júlia dos Santos Freire, candidata suplente representante do PCP, informou que é professora de Português há 38 anos, tem lecionado aos vários anos de escolaridade e agora principalmente ao Ensino Secundário e acompanha o trabalho do CNE, realçando a importância da 5.ª Comissão. Considerou que a sua maior valia é estar no terreno e defendeu depois a escola pública, referindo que muito tem sido feito, mas ainda há muito para fazer, nomeadamente no âmbito da promoção do sucesso escolar e igualdade de oportunidades para todos.

A Senhora Deputada Germana Rocha (PSD) referiu que são ambos professores, com conhecimento do terreno, o que é uma mais-valia. Mencionou depois a importância dos pareceres do CNE para o trabalho dos decisores, Governo e Assembleia da República. Perguntou depois qual a posição que têm relativamente à abertura do CNE à sociedade e à necessidade de o mesmo ter uma postura proativa e não reativa. A terminar questionou ainda qual a posição que têm em relação à descentralização de competências na educação e ao papel do CNE quanto à mesma.

A Senhora Deputada Maria Augusta Santos (PS) realçou a importância dos documentos produzidos pelo CNE e a relevância da sua forma de debate e consensualização. Transmitiu depois inquietações em relação ao facto de a Lei de Bases do Sistema Educativo só ter sido atualizada pontualmente e não contemplar a educação de adultos, questionando como é que esta podia ser valorizada no CNE.

O Senhor Deputado Luís Monteiro (BE) referiu que os candidatos são 2 professores experientes e realçou depois que a Educação Física precisa de ser mais valorizada e alarga o papel da escola como serviço público, enfatizando a interligação entre saúde, educação física e bem-estar. Considerou depois que os candidatos, como professores de educação física e línguas, são uma mais-valia e salientou que o BE converge com os candidatos na defesa duma escola pública universal e gratuita.

A Senhora Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) indicou que os candidatos indicados pelos grupos parlamentares representam uma visão destes e realçou a importância de que as questões tenham uma apreciação mais técnica, como tem vindo a acontecer no CNE.

A Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP), após reiterar a confiança do respetivo grupo parlamentar nos candidatos, referiu que o PCP aposta na defesa da escola pública, de todos os graus de ensino, inclusivamente do superior. Indicou depois que há várias matérias que justificam a ponderação do CNE, nomeadamente, as condições de trabalho das escolas, o envelhecimento do corpo docente, a gestão democrática das escolas, realçando que a escola não pode descurar a construção da cultura integral do indivíduo, na esteira da reflexão de Bento de Jesus Caraça, colocando-a como uma questão central do nosso tempo. Fez depois referência à questão do número de alunos por turma e considerou que, mais do que processos de revisão,

se torna necessário que a Lei de Bases do Sistema Educativo seja cumprida. A terminar, indicou que há críticas ao processo de delegação de competências nas autarquias.

Na sequência das questões e observações colocadas, o Dr. Francisco Nunes referiu que o CNE está aberto à sociedade, desde logo pela sua composição, fala com a escola pública e privada, com todos os graus de ensino, com os sindicatos, recolhe conhecimento de todas as áreas e teve uma atitude proativa, muito imprimida pelo Presidente David Justino, nomeadamente com a 5.ª Comissão e está a produzir documentos que não lhes foram pedidos. Informou depois que defende a descentralização de competências e a inerente aproximação à população, mas entende que há matérias que não devem ser descentralizadas, por razões de coesão social e equidade, havendo necessidade de obter um equilíbrio nessa matéria. Referiu que a Lei de Bases do Sistema Educativo tem respondido às questões, com pequenas alterações, e considerou que a educação de adultos podia ter uma resposta com uma pequena alteração da Lei. Realçou ainda que o *site* do CNE gerou mais proatividade. A terminar, referiu que a gestão democrática é fundamental para a escola de qualidade.

A Dr.ª Júlia Freire referiu que tem uma posição sobre a descentralização de competências igual à do PCP, concordou depois com pequenas alterações da Lei de Bases e realçou a necessidade de cumprimento do que existe. Reiterou a importância da educação de adultos e salientou que os problemas de iliteracia são muito grandes.

O candidato efetivo representante do CDS-PP, Dr. Arlindo Henrique Lobo Borges, agradeceu o convite do grupo parlamentar, e fez uma resenha do seu currículo, tendo referido a Licenciatura em Sociologia e a frequência do Mestrado em Ciências da Educação, estando a preparar uma dissertação em descentralização. Indicou depois que foi assessor do grupo parlamentar e participou nos trabalhos de apreciação do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior e do Estatuto do Aluno, em que houve muito diálogo, visando o consenso, tendo referido que o CNE tem um papel idêntico. Posteriormente foi adjunto no Gabinete do Secretário de Estado da Administração Escolar do anterior Governo, tendo trabalhado no dossiê da descentralização. Considerou que o CNE tem uma abertura à sociedade, não só em relação aos professores, mas em todas as matérias, registando muita proatividade, com benefício para a Assembleia da República e para o Governo.

A Dr.ª Maria Teresa de Noronha e Castro, candidata suplente do CDS-PP, agradeceu o convite do grupo parlamentar e referiu que é licenciada em Engenharia Química, mas professora por opção, já tendo sido membro do CNE como suplente, tendo depois passado a efetiva, tendo realçado a importância de poder ser ouvida. Considerou o CNE muito importante para a sociedade, respondendo a pedidos da mesma ou em atividades da sua própria iniciativa e referiu que tem a representação de muitos especialistas e de muitas áreas da sociedade, tentando chegar a consenso. Referiu ainda que para além de professora, tem experiência em muitas áreas da educação, nomeadamente como diretora de uma escola, entendendo que pode ter uma participação importante para o CNE.

A Senhora Deputada Germana Rocha (PSD) referiu que os 2 candidatos têm perfis diferentes, mas ambos no âmbito das áreas de competência do CNE e realçou o papel do mesmo a nível de debate e procura de consenso. Perguntou depois aos candidatos quais as matérias que consideravam prioritárias para debate no CNE e pediu que indicassem a sua visão sobre a descentralização de competências.

A Senhora Deputada Susana Amador (PS) considerou que o CNE é um farol para a educação e esta tem um papel fundamental para o futuro dos jovens e da sociedade, devendo ter um tratamento conjunto com a cultura. Referiu depois que para o PS a descentralização é basilar, para haver mais eficácia e eficiência, tendo as autarquias um papel crescente na educação, que é fundamental e não subsidiário. Perguntou ainda à Dr.ª Teresa Castro, atenta a sua função de coordenadora do Clube de Ciência, qual o papel do ensino experimental e a sua importância para a formação integral.

A Senhora Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) referiu que contam com a participação dos respetivos candidatos no CNE e indicou que este tem um espírito plural e o CDS-PP valoriza a pluralidade e a liberdade de educação. Indicou ainda a experiência dos 2 candidatos e realçou que a Dr.ª Teresa Castro tem experiência prática em escolas até não urbanas.

A Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP) afirmou que o CNE tem membros com visões diferentes, referiu depois que o PCP, como é conhecido, tem divergências em relação às posições e visão política do CDS-PP em matérias de Educação mas que tal não impede, pelo contrário, a necessidade de prosseguir e de aprofundar o debate, tendo apresentado desejos de bom trabalho.

Na sequência das questões e observações colocadas, o Dr. Henrique Borges referiu que os Conselhos Municipais de Educação são muito importantes, embora muitos estejam moribundos e nalguns municípios nem reúnem, tendo equacionado a eventual necessidade de reponderar a sua composição. Manifestou-se depois a favor da descentralização, mas sem copiar outros países, atentas as especificidades de Portugal e defendeu que a reorganização com agrupamentos de escolas exige que se repondere a descentralização. Indicou ainda como matérias prioritárias de análise o aprofundamento do que se quer e espera dos professores, referindo que não lhe são dadas condições, designadamente formação.

A Dr.ª Teresa Castro concordou com a introdução de alterações nos Conselhos Municipais de Educação e com a sua maior participação. No que se refere à descentralização, referiu que não é apologista do sim ou não total, tendo indicado que os Agrupamentos têm mais autonomia, mas ainda não a desejada. Indicou como matérias prioritárias a definição do perfil do aluno (para este criar e pensar), mas também do professor, visando a sua atualização, e ainda as alterações dos currículos e programas, atentas as novas tecnologias. Considerou ainda que as ciências experimentais encaixam em tudo na educação e defendeu o ensino partindo de problemas, realçando que o método experimental é fundamental em todas as áreas.

O candidato efetivo representante do PEV, Dr. Antero de Oliveira Resende, realçou a importância da educação para a sustentabilidade, defendendo que a educação ambiental é fundamental para a sustentação da vida na Terra e considerou que Portugal tem falta de educação ambiental em meio escolar, dado que esta foi arredada dos currículos, embora a carga letiva não se tenha reduzido.

Informou depois que é membro do CNE há muito tempo e tem tido uma participação sempre proactiva. Considerou ainda que o CNE tem atualmente maior presença na sociedade, nomeadamente em resposta a pedidos de parecer da Assembleia da República e tem uma atividade transversal e sempre muito profícua.

A candidata suplente representante do PEV, Dr.^a Maria Dulce Dias Ildefonso Arrojado, indicou que está em representação dos ideais do PEV. Indicou ainda que é professora do 1.º ciclo e desempenhou várias atividades sempre ligadas à educação, nomeadamente no Ministério da Educação, na educação de adultos e em termos de participação sindical.

A Senhora Deputada Germana Rocha (PSD) agradeceu a visão que deram do CNE e considerou que o mesmo tem tido um papel cada vez mais crescente. Perguntou depois se propunham alguma alteração ao modelo atual daquele órgão e à sua posição, no sentido de ter mais proatividade e em que áreas.

A Senhora Deputada Susana Amador (PS) mencionou que o CNE é uma grande referência na educação, sendo um farol, uma bússola, que congrega os melhores e tem uma representação muito plural. Referiu ainda que a educação, a formação e a cultura são fundamentais para a competitividade e reconheceu que as preocupações ambientais nem sempre têm um papel central, defendendo que deviam estar na ordem do dia. Pediu depois a posição de ambos em relação à educação para a cidadania e violência em meio escolar, bem como indicação do que se pode fazer para melhorar e manifestou preocupação com as questões de saúde dos alunos, alimentação e utilização do fármaco ritalina.

A Senhora Deputada Ana Rita Bessa (PEV) referiu que os candidatos corporizarão a voz do respetivo partido e realçou a necessidade de procura de consensos, tendo-lhes desejado bom trabalho.

A Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP) agradeceu a exposição dos candidatos e referiu que há várias matérias na Educação em que o PCP acompanha as posições do PEV, tendo realçado ainda que o PEV tem muitas propostas a nível de alimentação e saúde nas escolas, tendo defendido a necessidade de se repensarem as refeições servidas aos alunos nas cantinas escolares. Destacou também a necessidade de acompanhamento da resolução dos problemas das escolas com amianto, sobretudo tendo em conta suas consequências a nível da saúde pública.

Na sequência das questões e observações colocadas, o Dr. Antero Resende indicou que o CNE não é um órgão de professores e informou que no seu caso representa essencialmente a posição ambientalista. Indicou depois que o CNE faz o acompanhamento do que a sociedade exige à escola, dos muitos problemas que lhe põe e várias áreas do Governo lhe pedem pareceres (já tendo tido um pedido do Ministério dos Negócios Estrangeiros). Realçou depois que o mesmo precisa de apoio técnico e de instalações remodeladas.

Referiu ainda que a educação sexual não está espalhada por todas as escolas, a alimentação escolar agravou-se com a privatização dos serviços e salientou que há bons exemplos de práticas, até pedagógicas, em escolas, com a intervenção dos alunos, defendendo ainda que os simulacros executados nas mesmas devem ter sempre funções pedagógicas. Mencionou depois que muitas escolas têm instalações fora do prazo de validade, com sistemas que não funcionam adequadamente, tendo realçado que muitas escolas do 2.º e 3.º ciclo estão instaladas em edifícios muito antigos, tendo concluído que se exige a requalificação do parque escolar.

Salientou ainda que a alteração dos currículos não tem redução da carga horária e as escolas muitas vezes não dão aos alunos o que eles precisam.

A Dr.ª Dulce Arrojado defendeu que a escola é uma preocupação fundamental e o CNE é muito proactivo.

As audições foram gravadas em registo vídeo, que se encontra disponível na [página da Comissão](#), constituindo a gravação parte integrante desta ata, o que dispensa o seu desenvolvimento nesta sede.

2. Data da próxima reunião

20 de outubro, 9h30m – Reunião da Comissão

A reunião foi encerrada às 13 horas 35 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 18 de outubro de 2017

A presente ata foi aprovada na reunião da Comissão de 24 de outubro de 2017.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO



(Alexandre Quintanilha)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alexandre Quintanilha
Amadeu Soares Albergaria
Ana Mesquita
Ana Rita Bessa
André Pinotes Batista
Ilda Araújo Novo
Joana Mortágua
Laura Monteiro Magalhães
Lúcia Araújo Silva
Luís Monteiro
Margarida Mano
Maria Augusta Santos
Maria Germana Rocha
Maria Manuela Tender
Pedro Pimpão
Porfírio Silva
Sandra Pontedeira
Susana Amador
Álvaro Batista
Palmira Maciel

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Diogo Leão
Emília Santos
Ivan Gonçalves
Pedro Alves

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Nilza de Sena